DIREITO CIVIL

DIR 313

UNIDADE 6

O DOLO E A CULPA

RESPONSABILIDADE CIVIL

Como já estudado, a responsabilidade civil **SUBJETIVA, CULPOSA, CLÁSSICA** ou **TRADICIONAL** é marcada pela exigência da **INTENÇÃO** do sujeito causador do dano **(DOLO)** OU de **IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA** ou **IMPERÍCIA** do agente/sujeito causador do dano **(CULPA)**.

**GAGLIANO, Pablo Stolze e
PAMPLONA FILHO, Rodolfo.
Novo Curso de Direito Civil.
Volume III – Responsabilidade Civil,
6ª ed., 2008, p. 13**

“A responsabilidade civil **subjetiva
é a decorrente de dano causado em
função de **ato doloso ou culposos.**”**

RESPONSABILIDADE CIVIL

Como efeito, a responsabilidade civil **subjativa ou culposa** depende da ocorrência de **dolo ou de culpa** do agente/sujeito causador do resultado danoso. Daí a razão para a conclusão quanto à necessidade de **CULPA LATO SENSU** para a existência da **responsabilidade civil subjativa ou culposa**.

RESPONSABILIDADE CIVIL

EIS O ELEMENTO, PRESSUPOSTO OU REQUISITO

ESPECÍFICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA:

A CULPA LATO SENSU = DOLO + CULPA STRICTO SENSU

(IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPERÍCIA)

**FARIAS, Cristiano Chaves de
ROSENVOLD, Nelson.
Direito das obrigações.
4ª ed., 2010, p. 95**

“Em nosso ordenamento vigente, dolo e culpa *stricto sensu* (negligência, imprudência e imperícia) confundem-se civilmente na figura da culpa *lato sensu*, pois, para fins de ressarcimento na obrigação de indenizar, pouco importa o grau da culpa, e sim a extensão do dano (art. 944 do CC).”

COSTA, Dilvanir José da.

O Sistema da responsabilidade civil e o novo Código.

Revista de Informação Legislativa, n. 156, p. 211

“Antes de tudo, a culpa no sentido lato compreende também o dolo, que é a forma mais grave de ilicitude do ato ou da omissão.”

“Já a culpa *stricto sensu* compreende os ilícitos não intencionais mas culposos atributivos de responsabilidade, em razão de ter agido o seu autor com imprudência, negligência ou imperícia.”

**VENOSA, Sílvio de Salvo.
Direito Civil.**

Volume 2, 6ª ed., 2006, p. 318 e 319

“A culpa na esfera civil é entendida em sentido amplo. O descumprimento se verifica quer quando o agente simplesmente não deseja cumprir a obrigação, com o intuito de prejudicar o credor, quer quando se porta com negligência, imprudência ou imperícia, que são circunstâncias da culpa em nosso direito penal (art. 18, II, do Código Penal). Ora, no campo das obrigações, o simples fato de o devedor não pagar no dia do vencimento já caracteriza inadimplemento culposo. Essa é a regra geral.”

RESPONSABILIDADE CIVIL

Com efeito, vale ressaltar que a doutrina civilista evoca o Código Penal ao tratar dos conceitos de dolo e culpa.

NORONHA, Fernando.
Responsabilidade Civil:
uma tentativa de ressystematização.
1993, p. 15

“Tanto no âmbito das obrigações negociais como naquelas da chamada responsabilidade civil em sentido estrito, **a violação intencional de direitos alheios caracteriza o dolo – que ocorre quando, como se diz no art. 18, I do CP, ‘o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo’.** Quando o agente não previu o acontecido, mas poderia tê-lo previsto e evitado, se houvesse procedido com a diligência, prudência e perícia exigíveis, ocorre a culpa em sentido estrito (cf. Código Penal, art. 18, II). Esta culpa consiste sempre no desrespeito por normas de conduta que têm por escopo prevenir a ocorrência de determinados danos. Tal desrespeito pode revestir as modalidades de negligência, imprudência ou imperícia”.

RESPONSABILIDADE CIVIL

**DOLO: ação ou omissão humana
VOLUNTÁRIA, INTENCIONAL.**

**Também há dolo, indireto ou eventual,
quando a pessoa ASSUME O RISCO
decorrente do comportamento danoso.**

RESPONSABILIDADE CIVIL

IMPRUDÊNCIA: AÇÃO humana decorrente da falta de cuidado, da falta de cautela, da falta de atenção exigida do ser humano comum (do “homem-médio” dos romanos).

NEGLIGÊNCIA: OMISSÃO humana decorrente de indiferença, desleixo, desídia, descaso.

IMPERÍCIA: AÇÃO OU OMISSÃO humana decorrente da **FALTA DE TÉCNICA** necessária exigida do **PROFISSIONAL**.

RESPONSABILIDADE CIVIL

IMPERÍCIA: FALTA DE TÉCNICA, “DESCUMPRE AS REGRAS A SEREM OBSERVADAS NA DISCIPLINA DE QUALQUER ARTE OU OFÍCIO.”
(PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, Volume I, p. 453).

**THEODORO JÚNIOR, Humberto.
Comentários ao Código Civil.
Volume III, 2ª ed., 2003, p. 105**

“Na negligência, o agente OMITE a atividade que, se adotada, impediria o evento danoso. O proprietário do veículo, v.g., deixa de fazer a periódica revisão da máquina, que, por falta disso, falha e provoca dano a outrem.”

THEODORO JÚNIOR, Humberto.
Comentários ao Código Civil.
Volume III, 2ª ed., 2003, p. 105

“Na imprudência, a falta é COMISSIVA:
o agente atua precipitadamente, sem a
necessária reflexão sobre o que poderia
resultar, por inteiro, de sua atitude
temerária. O condutor do veículo, por
exemplo, imprime-lhe velocidade
excessiva e acaba por perder-lhe o
controle, vindo a colidir com outro.”

THEODORO JÚNIOR, Humberto.
Comentários ao Código Civil.
Volume III, 2ª ed., 2003, p. 106

“Com efeito, tanto na atitude omissiva (negligência) como na ativa (imprudência), a culpa é essencialmente a mesma coisa, ou seja, a omissão de diligências para evitar o dano. Em qualquer delas, o agente terá atuado de forma a não observar as cautelas que as circunstâncias lhe exigiam, expondo, por isso, sua conduta à censura social, ‘seja porque fez menos do que o devido (negligência), seja porque se atreveu a fazer mais do que devido (imprudência)’.”

THEODORO JÚNIOR, Humberto.
Comentários ao Código Civil.
Volume III, 2ª ed., 2003, p. 106

“A imperícia é apenas a violação do dever de conduta que decorre da circunstância de exigir-se do agente o emprego de conhecimentos técnicos no ato que acabou tornando-se lesivo. A imperícia, nessa ordem de ideias, tanto pode operar por omissão como por comissão, no tocante ao emprego da técnica necessária, de sorte que, no final, ter-se-á uma negligência ou uma imprudência, embora rotulada de imperícia.”

RESPONSABILIDADE CIVIL

IMPRUDÊNCIA: acidente automobilístico por excesso de velocidade do motorista.

NEGLIGÊNCIA: acidente automobilístico por perda do freio por falta de revisão no automóvel.

IMPERÍCIA: acidente automobilístico causado pelo desabamento de ponte ou viaduto por erro de cálculo do engenheiro.

RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil **SUBJETIVA**, **CULPOSA OU CLÁSSICA**, fundada no **DOLO** ou na **CULPA** do agente **está prevista nos artigos 186 e 927, caput**, do Código Civil brasileiro:

ARTIGO 186 DO CÓDIGO CIVIL

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

ARTIGO 927 DO CÓDIGO CIVIL

“Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil **SUBJETIVA** depende da existência do elemento subjetivo, somado (1) à conduta do agente contrária ao direito ou “ato ilícito”, (2) ao dano causado e (3) ao nexo de causalidade.

Já o (4) elemento **SUBJETIVO** pode ser o **DOLO** (intenção direta ou indireta) ou a **CULPA** (negligência, imprudência ou imperícia) da pessoa (ou sujeito, agente) cuja conduta (ação ou omissão) causou dano (material, moral e/ou estético) a outrem.

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 919.833/SP

“III. Da hermenêutica do art. 186 do Código Civil de 2002 extraem-se os seguintes pressupostos da responsabilidade civil, a saber: a conduta ou ato humano (ação ou omissão), a culpa do autor do dano, a relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima.”

QUESTÃO

Qual é o padrão na aferição da culpa?

**VENOSA, Sílvio de Salvo.
Direito Civil.
Volume 2, 6ª ed., 2006, p. 318**

“O padrão a ser examinado pelo julgador é do homem médio no caso concreto. O que poderá ser culpa para um técnico num contrato de equipamento de seu mister, certamente não será culpa para um leigo.”

**VENOSA, Sílvio de Salvo.
Direito Civil.
Volume 2, 6ª ed., 2006, p. 320**

“O que se leva em conta na execução do contrato (e na responsabilidade aquiliana, a situação não é diversa) é a medida normal de comportamento, de diligência exigida no cumprimento da obrigação.”

RESPONSABILIDADE CIVIL

Por fim, vale lembrar que a responsabilidade civil **SUBJETIVA** ou **CULPOSA** impera nas relações jurídicas **INDIVIDUAIS**, tanto **CIVIS** quanto **PROFISSIONAIS**, com a análise e a dependência da **conduta da pessoa** (ou **“agente”, “sujeito”**).

CAVALIERI FILHO, Sergio.
Responsabilidade civil no novo Código Civil.
Revista EMERJ, n. 24, p. 35

“Então, vale ressaltar, sempre que não tivermos disposição legal expressa consagrando a responsabilidade objetiva, persiste a responsabilidade subjetiva, como sistema subsidiário, como princípio universal de direito; posso não responder objetivamente por falta de previsão legal, mas, subjetivamente, se causar dano a outrem, vou ter sempre que responder.”

DIREITO CIVIL

DIR 313

UNIDADE 7

NEXO CAUSAL